

Introdução

O presente trabalho visa atender ao requisito formal de graduação em Serviço Social, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para além disso, este trabalho tem por objetivo um estudo inicial sobre a classe trabalhadora e as transformações pelas quais passou nas últimas décadas, sobretudo após a chamada reestruturação produtiva, cuja orientação política neoliberal abarca todo o processo.

Não é o objetivo deste trabalho discutir acirradamente a questão do fim do trabalho, porém este trabalho vai de encontro a esta tese, na medida em que optei por seguir a ótica marxiana onde o trabalho, na sociedade capitalista, ainda que exterior ao indivíduo, coloca-se de maneira central. Diferentemente de alguns estudiosos da Modernidade – ou da dita pós Modernidade – aqui cabe a interpretação de que uma sociedade capitalista não sobrevive sem o trabalho vivo e que a discussão acerca desta categoria é fundamental para o entendimento de uma sociedade de classes e sua superação.

Para embasar este estudo, utilizo aqui, ainda que timidamente, algumas obras de Marx, além de alguns autores marxistas que me deram o impulso necessário durante esta graduação para acreditar que este é um assunto central para o entendimento e superação desta ordem.

Muito importante para a definição deste objeto de estudo foi minha inserção no Núcleo de Pesquisa Políticas Públicas entre o Estado e o Terceiro Setor¹, entre os anos de 2003 a 2005, onde para analisar as Políticas Públicas e o Terceiro Setor, partimos das transformações da sociedade capitalista a partir da reestruturação produtiva, o que veio a complementar de forma fundamental minha formação acadêmica.

¹ O Núcleo de Pesquisa “Políticas Públicas entre o Estado e o Terceiro Setor” é coordenado pelo Professor Doutor da Escola de Serviço Social, Carlos Montaña.

O tema escolhido para estudo se coloca fundamental na atualidade, posto que correntes ideológicas disseminam o suposto fim do trabalho ou da classe trabalhadora, baseadas nos dados de demissões por conta da automação. Pois bem. É certo que os níveis de desemprego têm aumentado nas últimas três décadas e que tal fato se deve a implementação da alta tecnologia. Porém, observamos da mesma forma o alargamento das formas precarizadas de trabalho, o aumento alarmante da informalidade. Notamos a diminuição da classe operária, proletária, mas notamos o concomitante aumento da classe “subproletarizada”, visível em empregos terceirizados, em tempo parcial ou muitas vezes com contratos temporários.

O estudo do tema foi baseado metodologicamente na análise bibliográfica de alguns estudos marxianos e de alguns contemporâneos, conforme as referências bibliográficas indicadas ao final do trabalho. Além de outros autores, deti-me principalmente em Marx, para a construção do primeiro capítulo, mas também em Lessa, e em Harvey e Antunes ao longo de todo o restante do processo.

Estruturamos o trabalho em três capítulos, os quais sinalizarei brevemente.

No primeiro capítulo, intitulado “Trabalho segundo a ótica marxiana”, analisamos algumas obras de Marx, sobretudo “O Capital” e os “Manuscritos Econômico-Filosóficos” e um artigo de Lessa baseado em Lukács.

Este capítulo se faz necessário para conceituar o trabalho enquanto transformação da natureza, enquanto essência genérica do homem. Caracterizando o trabalho e fazendo uma análise acerca do trabalhador, temos material suficiente para analisar as posteriores mudanças no mundo do trabalho, objeto central deste estudo.

No segundo capítulo, intitulado “Do fordismo à acumulação flexível”, nos baseamos em Harvey e a análise que faz dos fatos históricos sobre o surgimento do fordismo e taylorismo, sua crise e a posterior reestruturação do capital, baseada fundamentalmente no toyotismo.

Neste capítulo observamos drásticas mudanças na vida do trabalhador e na sociedade em geral. Temos um período de crescimento econômico, emprego e melhores salários seguido de uma crise que levou o capital a se reorganizar, baseado na tecnologização, na informatização, trazendo consigo altos níveis de desemprego, cujas conseqüências observamos hoje em nossa sociedade. Altos índices de violência, população carcerária crescente, destinação de cada vez menos verbas para Políticas Sociais, trabalhadores caindo na informalidade ou se submetendo a empregos precários, muitas vezes sob contratos temporários de trabalho, com poucas ou nenhuma garantia trabalhista.

Cabe ao terceiro e último capítulo, “A classe que vive do trabalho na atualidade”, analisar exatamente as conseqüências da reestruturação do capital. Para tanto, utilizamos prioritariamente Antunes, além de outros contemporâneos descritos nas referências.

Neste capítulo, além de expor brevemente uma posição contrária às teses do fim do trabalho, discorreremos sobre as formas de trabalho postas na atualidade, conseqüência de todo o processo de automação que levou a milhões de operários demitidos em todo o mundo, conforme nos mostrou Rifkin com alguns exemplos de dados de sua pesquisa.

Analizamos neste, como o capital reorganizou o mundo do trabalho de modo a continuar sustentando seus lucros. Mostramos as formas precarizadas de trabalho, as subcontratações, as terceirizações.

Mostramos também como a conjuntura atual do capital, sob a égide neoliberal, favoreceu ao surgimento do chamado “terceiro setor” e a enxurrada de ONGs (Organização não-governamental) que com ele vieram a supostamente combater a pobreza e trazer o discurso da solidariedade, tratando a miséria com o mais profundo conservadorismo.

Nas considerações finais, busco resgatar a importância do profissional do Serviço Social em todo esse processo, resgatando sempre a questão da luta de classes

no interior da sociedade capitalista. Enfatizo a importância de não se deixar cair no conservadorismo, para que não se caia no discurso do individualismo, para não tratar cada caso como indiferente a todos os outros, na verdade vítimas de um mesmo fato: o de que se vive numa sociedade capitalista que traz em seu interior a característica de produzir desigualdades.

Neste trabalho pude confrontar idéias, refletir sobre alguns argumentos, mas fundamentalmente ter a certeza de que não é utopia pensar em uma nova sociedade sem classes; utopia é pensar que a solução para o desemprego e miséria encontra-se numa nova reformulação do capital.

Capítulo I

Trabalho segundo a ótica marxiana

*“A exigência de abandonar as ilusões
sobre a sua situação é a exigência de
abandonar uma situação que necessita de
ilusões”*

Karl Marx

1.1. Trabalho enquanto transformação da natureza

É através do contato direto com a natureza que o homem, apropriando-se e tendo domínio sobre suas forças naturais, modificando-a, transformando seus recursos, produz um valor²: a qualificação mais simples da categoria trabalho. A riqueza da

² “Quando consideramos as mercadorias como valores, vemos-as somente sob o aspecto de trabalho social realizado, plasmado ou, se assim quiserdes, cristalizado. Consideradas desse modo, só podem distinguir-se umas das outras enquanto representem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, num lenço de seda pode encerrar-se uma quantidade maior de trabalho do que um tijolo. Mas como se medem as quantidades de trabalho? Pelo tempo que dura o trabalho, medindo este em horas, em dias, etc. naturalmente, para aplicar esta medida, todas as espécies de trabalho se reduzem a trabalho médio, ou simples, como a sua unidade.

Chegamos portanto a esta conclusão. Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os valores relativos das mercadorias se determinam pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas. As quantidades

sociedade capitalista configura-se pela constante acumulação de mercadorias. A mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto externo criado para a satisfação das necessidades humanas.

“O trabalho (...) é a condição básica fundamental de toda a vida humana” (Engels, 1876).

Todo objeto é considerado segundo suas qualidades e sua quantidade. Cada um com sua especificidade é útil de diferentes modos, para diferentes necessidades. Essa utilidade faz o objeto ser dotado de um valor de uso, o qual independe da quantidade de trabalho empregado na sua fabricação, pois *“o valor de uso só se realiza com a utilização e o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”*.(Marx, 2003:58).

Consideramos meios de trabalho todas as condições materiais necessárias à concretização do processo de trabalho. Essas não necessariamente atuam diretamente no processo de trabalho, mas este, sem elas, fica parcial ou totalmente impedido de concretizar-se. Marx exemplifica esta assertiva mostrando como a terra é um meio universal para o trabalho, posto que fornece o local para o trabalhador produzir.

O processo de trabalho termina no momento em que o objeto, determinado por seu valor de uso, e, portanto adequado às necessidades humanas, é concluído. O trabalho está, dessa forma, embutido no objeto sobre o qual atuou.

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de

correspondentes de mercadorias, que foram produzidas no mesmo tempo de trabalho, são iguais. Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra” (MARX; Salário, preço e lucro: 352).

apropriar-se dos recursos da natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2003: 211).

Estamos aqui pressupondo o trabalho sob forma exclusivamente humana, distanciando a ação do homem que vende sua força de trabalho à do homem primitivo e a capacidade de transformação animal da natureza. Marx mostra essa diferenciação quando aponta o que uma abelha ou uma aranha é capaz de realizar instintivamente, enquanto um arquiteto deve antes de tudo projetar o que vai realizar.

Antes de iniciar seu trabalho, o homem já o tem projetado em sua mente, necessitando apenas de meios concretos para atingir a este fim. Ele tem a capacidade de idealizar, arquitetar um projeto antes mesmo de dar-lhe forma real.

“Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira /... /” (MARX, 2003: 212).

A essa capacidade dá-se o nome de teleologia. Uma constante, uma ação consciente que visa a transformação da natureza – que resulta na produção de valores de uso que suprem demandas da humanidade – tendo-se o concomitante acúmulo de conhecimento, onde os indivíduos exploram suas potencialidades e também sua capacidade destrutiva – podemos pensar aqui nas armas e guerras que produz – posto que são, em decorrência da sua auto-transformação, das alterações das relações sociais e da história e pelo surgimento mesmo de novas necessidades, impulsionados a novas ideações, encaminhando a humanidade a estágios do processo produtivo cada vez mais complexos, em seu desenvolvimento histórico.

Para Marx, o trabalho é precedido de um pôr teleológico consciente, que determina o processo em suas fases. Desse modo, a teleologia, um dos momentos que configura o processo de trabalho, só existe em íntima relação com a causalidade. Ao interagir com a causalidade natural, o homem a transforma em causalidade posta, ou

seja, interage e regula a natureza, atendendo a necessidades sociais, sem que, ao tornar-se posta, tenham sido eliminadas suas qualidades naturais.

Ao mesmo tempo em que transforma a natureza e são supridas necessidades coletivas da humanidade, necessidades condicionadas social e historicamente, o homem se auto-transforma, e põe, para si próprio, novas necessidades, pois adquire novos conhecimentos e habilidades.

Todo ato de trabalho, voltado que esteja para o atendimento de uma necessidade concreta humana, historicamente determinada, remete seus reflexos para além do imediato, terminam por se estender por toda a história da humanidade.

Portanto, ressaltamos a importância, em Marx, da categoria trabalho como atividade criadora, essência genérica humana. Para Marx o trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da socialidade humana.

Segundo Lessa, tendo como parâmetro os estudos de Lukács, o trabalho só se desenvolve tendo por mediação dois fatores sociais fundamentais. Primeiro somente pode ocorrer no interior de relações sociais. Contudo não vêm a ser nem as relações sociais nem a teleologia, sem a linguagem. Assim, o ser social determina-se constituído por três categorias fundamentais: a sociedade, a linguagem e o trabalho. Ainda com Lessa, Lukács mostra os três momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização e a alienação. É a objetivação que transforma a teleologia em produto, em objeto final. Ela transforma o que era previamente uma idéia em um novo objeto.

Contudo, ao transformar a natureza, o homem também transforma a si próprio, primeiro porque desenvolve novas habilidades, mas também porque toda objetivação resulta em novos conhecimentos na medida em que necessita conhecer as determinações da natureza a qual pretende transformar.

Dessa forma, a produção do objeto, além de ser um processo de objetivação, um processo de transformação da natureza e do próprio homem, é também a exteriorização do sujeito. Ainda segundo Lessa:

“Cada uma das transformações do real se dará a partir do nível de desenvolvimento já alcançado pela individualidade em questão – desenvolvimento da individualidade que é sempre historicamente determinado. (...) Portanto, ao se exteriorizar por meio da objetivação da prévia ideação, o indivíduo adquire novos conhecimentos (tanto da realidade exterior como da sua própria individualidade), novas habilidades vão sendo descobertas e desenvolvidas; em poucas palavras: ao transformar o real, o sujeito também se transforma” (Lessa, 1996:11).

Finalmente, ao falar da alienação, Lessa, sempre referenciado em Lukács, nos dá dois exemplos que nos mostra como uma mediação social, de impulsionadora do desenvolvimento genérico, pode se converter em um obstáculo ao avanço da humanidade.

Como primeiro exemplo tomamos a religião. Nota-se que com o tempo a religião se tornou um entrave ao desenvolvimento humano, isso porque, nas sociedades de classe, ela se tornou um fator histórico necessário à reafirmação do *status quo*; mas também e ainda mais grave, porque ao projetar num plano espiritual os poderes e capacidades do homem, impede que estes tenham consciência de serem os únicos responsáveis por sua história e seu próprio destino, atribuindo seus méritos e deméritos às forças sobrenaturais. Assim, nas palavras de Lessa, *“a religião se converte em um obstáculo à explicitação do para-si do gênero humano”*.

Outro exemplo de entrave ao avanço da sociabilidade é o capital. Chegamos a um ponto em que o desenvolvimento das forças produtivas deixa de significar a potencialização das capacidades humano-genéricas, para ampliar a miséria, aumentar exponencialmente as seqüelas da questão social. O aumento da composição orgânica do capital, o desenvolvimento das forças produtivas, no que poderia resultar na liberdade do homem, no aumento de seu tempo livre, na emancipação humana, resulta na mais cruel dilapidação humana. Possibilitando o real aumento da extração de mais-valia, a automação significa um potencial agravamento da miséria e das desigualdades sociais.

1.2. Trabalho enquanto produção capitalista e reprodução da ordem burguesa

Segundo Marx, dá-se início a produção capitalista quando aquele que detém um determinado acúmulo de capital consegue reunir num espaço um número considerável de trabalhadores, ampliando a escala do processo de trabalho, aumentando assim sua produtividade. A produção se torna mais eficiente e, por consequência, maior por conta do aumento do número de homens empenhados numa determinada tarefa.

“A ação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista” (Marx, 2003: 375).

O homem passa a vender no mercado sua força de trabalho, que é comprada pelo detentor dos meios de produção – o capitalista – em troca de um mínimo que o capitalista julga necessário à sua reprodução, para que possa continuar a vender sua força de trabalho.

“O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 1865: 47).

Assim, comprando no mercado matéria-prima, meios de produção e força de trabalho para a produção de objetos com valores de troca, o capitalista vai caracterizar o trabalho enquanto tal na ordem burguesa. O objeto não só agregará valor de uso, mostrando-se necessário às satisfações das necessidades humanas, como também agregará valor de troca.

Do ponto de vista do capitalista, o processo de trabalho é um processo onde se vai consumir os produtos que comprou para a execução do mesmo, gerando outros produtos que também lhe pertencem. Assim como a força de trabalho – durante a jornada de trabalho – as matérias-primas e os meios de produção, também são de posse do capitalista os produtos gerados desse processo, que irá vender no mercado, afim de que possa comprar mais matéria-prima, para nova criação de valores de uso.

Afirmar que um objeto possui valor de uso significa dizer que, por suas qualidades, ele é útil, ou seja, permite satisfazer necessidades concretas e específicas.³

³ É preciso ter em mente também que as necessidades mudam com a evolução da própria sociedade. Assim os capitalistas estão sempre criando novas necessidades e, com elas, novas mercadorias.

O fato de uma mercadoria obter um valor de troca significa dizer que aparece como a proporção na qual valores de uso de diferentes naturezas são trocados entre si. Mas, como não há relação direta entre as qualidades das mercadorias, não se pode compará-las diretamente enquanto valores de uso. Assim, há a necessidade de uma medida. A propriedade em comum a todas as mercadorias é o fato de serem produzidas pelo trabalho humano.⁴

Mas produzir valores de uso não é somente o objetivo do capitalista. Para ele é necessária a produção de valor excedente, a qual chamamos de mais-valia, gerada a partir da apropriação da força de trabalho do homem em seu tempo excedente.

O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. É a quantidade de trabalho social incorporado à mercadoria. A produção de mais-valia diferencia-se da produção de valor por ir além dela, além do necessário para suprir seu pagamento.

“O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente)” (Marx, 2003: 228).

Uma das formas de exteriorização do trabalhador é sua relação com os produtos de seu trabalho. Em meio a esse processo de produção de valores o homem, em sua relação essencial com o trabalho – relação com sua produção – coloca-se exterior a ele, posto que quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem para consumir.⁵

Segundo Marx, *“a realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação”*. Assim, além de invalidar o homem, privá-lo dos meios

⁴ Sem problematizar aqui a posterior tecnologização do trabalho.

⁵ O trabalho é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser. O trabalhador não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele. (Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos; 2003:114)

necessários à vida e também ao trabalho, a realização do trabalho aliena o trabalhador de tal forma a distanciá-lo cada vez mais das riquezas que produz.

Para Marx, a economia política oculta a alienação na característica do trabalho por não analisar a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. A economia política coloca que o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz miséria para o trabalhador. Pois sim. Mas, ainda segundo Marx, *“a relação imediata do trabalho aos seus produtos é a relação do trabalhador aos objetos da sua produção”* (Manuscritos Econômico-Filosóficos, 2003: 113).

A alienação não se dá apenas com a relação do trabalhador com os produtos de seu trabalho. Ela também aparece no processo da produção. Se o trabalhador possui uma relação de alienação com o produto de seu trabalho, o resumo de sua atividade produtiva, então esta última só pode ser, nas palavras de Marx, *“a alienação ativa”*.

Para Marx, o trabalho é exterior ao trabalhador, portanto este não se afirma no trabalho, mas nega-se nele. O trabalhador só se sente em si fora do trabalho, dando a este último uma característica forçosa, compulsória. A exterioridade do trabalho para o trabalhador, o trabalho em que o homem se aliena, afirma-se em que “no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro” (Marx; Manuscritos Econômico-Filosóficos, 2003: 114).

Além da análise do ato de alienação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho e da relação do trabalhador com a própria atividade produtiva, Marx também analisa uma terceira determinação do trabalho alienado, a partir dessas duas.

Para o homem, assim como para o animal, sua vida genérica se fixa no fato de que se vive da natureza inorgânica.

“Como as plantas, os animais, os minerais, o ar, a luz, etc., constituem, do ponto de vista da teoria, uma parte da consciência humana, na condição de objetos da ciência natural e da arte (...), da mesma forma, do ponto de vista prático, formam uma parte da vida e da atividade humanas. (...). A universalidade do homem aparece praticamente na

universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo inorgânico: 1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital” (Marx, 2003: 116).

Assim sendo que o trabalho alienado aliena o homem de si mesmo, a sua atividade fundamental aliena igualmente o homem a respeito da espécie; nas palavras de Marx, *“transforma a vida genérica em meio de vida individual”*. O trabalho, a vida produtiva, aparece agora para o indivíduo como único meio de manter sua existência física. Entretanto, o trabalho é a vida genérica. *“É a vida criando vida”*. Para Marx, no trabalho, na atividade vital, está todo o caráter genérico de uma espécie. *“E a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida” (Marx; Manuscritos Econômico-Filosóficos, 2003: 116).*

O homem faz do trabalho, sua atividade vital, objeto da vontade e da consciência. Segundo Marx, *“possui uma atividade vital lúcida”*. Entretanto, ainda nas palavras de Marx, *“o trabalho alienado inverte essa relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua existência” (Idem).*

Para Marx, a manipulação da natureza inorgânica é a sustentação do homem como ser genérico lúcido, ou seja, um ser que *“se tem a si como ser genérico”*. Assim, *“o elemento do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem”*. Ao se reproduzir ativamente e não só intelectualmente, ele se percebe num mundo por ele criado. Conforme o trabalho alienado arrebatava do homem o elemento de sua produção, *“rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico” (Marx; Manuscritos Econômico-Filosóficos, 2003: 117).*

Assim, temos que o trabalho alienado transforma a vida genérica do homem em ser estranho, em meio da sua existência individual, alienando do homem o próprio

corpo. Além dessa, o trabalho alienado, a alienação do homem sobre o produto do seu trabalho, aliena o homem em relação ao homem, ou seja, contrapondo-se a si mesmo, entra também em oposição com os outros homens e, daí, encontra-se alienado da vida humana.

Capítulo II

Do Fordismo à Acumulação Flexível

*“Que os justos avancem
solidários como abelhas
aguerridos como feras
e empunhem todos seus não
para instalar a grande afirmação”
Mario Benedetti*

2.1. A emergência do Fordismo

Em sua marcha histórica para se consolidar como sistema social e econômico predominante, o capitalismo pode assumir faces distintas, uma vez que revoluciona constantemente os instrumentos de produção, as relações de produção e, por extensão, todas as relações sociais, embora mantenha sempre os fundamentos estruturais que constituem sua essência.

Antes, a produção tinha bases na subsistência e produzir apenas os meios necessários para viver não criava base objetiva para a exploração organizada do trabalho alheio. É somente quando há os primeiros progressos técnicos que aumentam a produtividade do trabalho, que se pode notar a apropriação do sobreproduto do trabalho.⁶

“/.../ O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (MARX, 2003:214).

⁶ “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho” (Marx; O Capital, 2003: 427).

O fordismo, neste contexto, refere-se a uma série de elementos que constituem, na esfera social produtiva, um conjunto coerente e comprometido com a reprodução social capitalista. Abarca práticas e teorias racionalizadoras da produção anteriores a ele, como o sistema de F. W. Taylor, também conhecido como taylorismo, que se trata de um processo de trabalho que predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século, que mostrava o quanto a produtividade do trabalho podia ser aumentada através da decomposição do processo de trabalho em tarefas componentes e da organização destas através de um estudo de padrões de tempo e movimento.

O que diferenciava o pensamento de Ford dos princípios de Taylor era seu reconhecimento de que produção de massa também significava consumo de massa e toda uma implicação no sistema de reprodução da força de trabalho, nas palavras de Harvey, *“uma nova política de gerência e controle do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”* (Harvey; 1989: 121).

Harvey também cita Gramsci quando pensa essa passagem em seu “Cadernos do Cárcere”, em que o americanismo e o fordismo equivaliam

“ao maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem” (Harvey; 1989: 121).

Para que o capitalismo seja um sistema econômico viável, há pelo menos duas questões a ser encaminhadas com sucesso. A primeira é a questão do mercado e fixação de preços. A segunda, mas não menos importante, é a necessidade de exercício de um efetivo controle sobre o emprego da força de trabalho, garantido lucros.

Com relação à primeira questão, de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado são necessárias à compensação das falhas de mercado, como danos sociais e ao meio ambiente, ao combate às excessivas concentrações de poder de mercado e aos abusos gerados por monopólios, por exemplo, com transportes e

comunicação, ao fornecimento de bens coletivos essenciais e ao freio às falhas decorrentes de surtos especulativos.⁷

A segunda questão a ser considerada diz respeito a disciplinar a força de trabalho para que sirva aos propósitos do capital. Nas palavras de Harvey, esse processo implica “*alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação*” os quais devem ser visualizados na esfera do trabalho assim como na sociabilidade como um todo. Controlando as capacidades físicas e mentais do trabalhador, utilizando como fortes aliados os meios de comunicação em massa, o modo de regulamentação capitalista mostrou resultado aos seus propósitos de acumulação ao longo de diferentes épocas.

Ford, com seu propósito do dia de oito horas de trabalho e cinco dólares, tinha em mente duas finalidades. A primeira era obrigar o trabalhador a se disciplinar ao sistema de linha de montagem de alta produtividade. Mas, em segundo lugar, esperava com isso dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficiente para que consumissem seus produtos. Mas foram a suburbanização e desconcentração da população e da indústria que geraram o principal elemento de estímulo da demanda efetiva por tais produtos fabricados em quantidades cada vez maiores, ao longo do período de expansão do pós-guerra a partir de 1945.

Entretanto, existiam obstáculos que impediam a disseminação do fordismo nos anos entre-guerras. De um lado, os operários impunham sérias resistências, seja mobilizando-se contra os métodos que os submetiam ao ritmo das máquinas, seja pela extrema brutalização do trabalhador ante estas, como revela a intensa rotatividade do trabalho à época de Ford nesse período. Por outro lado, era necessário criar um novo modo de regulamentação que atendesse à produção fordista, fato esse que só foi pensado a partir da Grande Depressão de 1930 fazendo com que os capitalistas chegassem a uma nova concepção de forma e uso dos poderes do Estado. Segundo

⁷ Também afetam a dinâmica do capitalismo as pressões exercidas por outras instituições, como as instituições religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais aliadas ao poder que exercem no mercado as grandes corporações.

Harvey *“o problema, tal como via Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo”* (Harvey; 1989: 124).

O crescimento que se deu no período do pós-guerra dependeu de um pacto firmado entre os principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve que assumir novos papéis – keynesianos. O capital corporativo teve que se ajustar em determinados aspectos a fim de garantir a lucratividade segura. O trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção.

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiam no período imediato ao pós-guerra, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo. Para assegurar o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a produtividade e elevassem o padrão de vida, mantendo ainda a realização de lucros, era necessário um compromisso corporativo com processos de mudança tecnológica, grande investimento de capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no marketing e mobilização e economias de escala mediante a padronização do produto.

O Estado, por sua vez, se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram direcionadas às áreas de investimento público – setores como transporte, equipamentos públicos, etc – necessários ao crescimento da produção e consumo de massa. Também buscava fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc.

Assim, o pacto firmado entre capital e trabalho com a mediação do estado – mediação esta que não deve levar à constatação de que o Estado seria um árbitro imparcial, uma vez que de fato, zelava pelos interesses gerais do capital, cuidando da sua implementação e aceitação pelas entidades representantes do capital e do trabalho – permitiu o pleno florescimento do fordismo. Os países capitalistas avançados

alcançaram taxas altas e relativamente estáveis de crescimento econômico e com ele o aumento nos padrões de vida. O fordismo se aliou ao keynesianismo e o capitalismo seguiu seu surto de expansão internacional. Alguns governos, com tendências ideológicas distintas – como na França, na Grã-Bretanha, na Alemanha, etc. – combinaram um desenvolvimento econômico estável com um aumento nos padrões de vida através de um estado de bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário.

Sabe-se que o fordismo caracterizou-se pela intensificação da produção. Com ela, o capitalista viu seus lucros aumentarem devido a mais-valia relativa, dada a intensificação por meio da tecnologia. Visto como simples apêndice da máquina, o operário fordista sofria com o trabalho repetitivo, massificado, intenso e embrutecedor, trabalho esse existente enquanto peça fundamental para o aumento do lucro capitalista.

Nas palavras de Grave, o binômio taylorismo/fordismo:

“Caracterizou-se pela cronometrização dos tempos e movimentos, combatendo o desperdício na produção e aumentando o ritmo de trabalho. O trabalho, então fragmentado e transformado em tarefa repetitiva e monótona, reduziu cada vez mais a capacidade criadora do trabalhador, entendido somente como um apêndice da máquina. Mesclando taylorismo e fordismo, esse processo primou pela separação do pensar do agir, transmitindo à gerência o conhecimento sobre o trabalho e no trabalhador a mera execução (operário massa)” (Grave, 2002: 82).

No período de 1965 a 1973, tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

A ruptura do compromisso fordista foi provocada pela crise do regime de acumulação do capital, no final dos anos 60 e início dos anos 70, em que devem ser observados quatro fatores fundamentais: a diminuição dos níveis de produtividade, a elevação da composição orgânica do capital, a saturação da norma social de consumo e o desenvolvimento do trabalho improdutivo. O conjunto destes quatro fatores

culminou em provocar uma redução da taxa média de lucro, limitando a valorização do capital.

A rigidez que caracterizava o regime de acumulação fordista – rigidez em investimentos, nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, dos compromissos assumidos pelo Estado, que presumiam taxas estáveis de crescimento e mercados e realidades macroeconômicas invariantes, elementos cada vez menos prováveis com o aumento da crise – de condição para um crescimento estável passou a ser um entrave ao movimento do capital.

Em meados dos anos 60, uma série de fatores sinalizava para uma crise geral no sistema fordista. Europa e Japão, recuperados economicamente, atingiram a saturação de seus mercados internos e passaram a dar impulso às exportações. A diferença entre os gastos estatais crescentes e sua captação de recursos em queda acaba provocando uma espiral inflacionária, pois o Estado é obrigado a emitir cada vez mais moeda a fim de cobrir seus déficits orçamentários. Não obstante, a formação do Euromercado (mercado do eurodólar), bem como a industrialização fordista de diversos países em desenvolvimento, acirrando a competição internacional, acabam por colocar em xeque o poder de regulamentação do sistema financeiro mundial, ancorado no acordo de *Bretton Woods*.⁸

As corporações viram-se com muita capacidade produtiva ociosa e num momento em que a competição se intensificava, entravam num período de reestruturação e racionalização da produção, bem como de intensificação do controle e exploração do trabalho. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica a fim de buscar um maior controle sobre o trabalho e as fusões de empresas firmam-se como estratégias vitais à sobrevivência das corporações em condições gerais de deflação.

⁸ “O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações” (Harvey; 1989: 131).

Segundo Harvey, “a crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundamentar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado de bem-estar social e do salário social” (Harvey; 1989: 157).

A recessão de 1973, aprofundada pelo choque do petróleo⁹, retirou o mundo capitalista do momento de estagnação da produção de bens e alta inflação de preços e colocou em movimento processos que findaram o compromisso fordista.

⁹ A OPEP decide “aumentar os preços do petróleo, além da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973” (Harvey; 1989: 136).

2.2. A acumulação Flexível

Como visto anteriormente, é na década de 70, com a primeira grande crise econômica desde o segundo pós-guerra, que o capital monopolista se vê compelido a gerar novas alternativas ao padrão rígido de acumulação que já não se sustentava mais. É a passagem de um regime de acumulação “rígido” – Fordismo – acompanhado de um modelo de regulação que o sustentava – keynesianismo – para um regime agora “flexível”, cuja orientação vem a ocasionar profundas mudanças no mundo do trabalho e, por conseqüência, sérias mudanças sociais.

Em resposta a sua crise estrutural, inicia-se um processo de reorganização do capital e de sua orientação político-ideológica de dominação, através da disseminação do neoliberalismo, trazendo a política de privatização do Estado, a desregulamentação de direitos e a desmontagem do setor produtivo estatal, seguidos de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho com o objetivo de tentar repor os patamares de expansão anteriores.

É no contexto anteriormente mencionado que se inicia a era da acumulação flexível e os novos processos de trabalho que, sempre em função de melhor adequar a produção à lógica econômica capitalista, buscam recuperar os antigos patamares de lucratividade.

A acumulação flexível apresenta-se como uma contestação do capital à rigidez que havia assumido quando se reproduzia segundo o modelo fordista e caracteriza-se pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Algumas áreas industriais que passam a funcionar segundo processos produtivos distintos dos moldes tradicionais fordistas-tayloristas são: as experiências da “Terceira Itália”, o sul da Alemanha, o vale do Silício nos Estados Unidos, a região sueca de Kalmar, do toyotismo japonês, entre outros que, se não chegam a substituir completamente a experiência fordista-taylorista, retiram-lhe o caráter de padrão único de organização produtiva. Nestas regiões ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial e novos padrões de gestão da força de trabalho.

A grosso modo, pode-se dizer que o novo modelo, tomando como melhor exemplo o toyotismo japonês, difere do agora esgotado modelo fordista/taylorista em função dos seguintes elementos:

- Diferentemente da produção em massa fordista, a produção agora é orientada segundo as demandas dos consumidores;
- O trabalhador passa a operar mais de uma máquina e também trabalha em equipe;
- O tempo é aproveitado da melhor maneira – princípio do *just in time*;
- Os estoques são mínimos;
- A empresa possui uma estrutura agora horizontalizada, direcionando-se para atividades-fim, terceirizando o restante;
- Construção de círculos de controle de qualidade.

Segundo Netto (1996: 91), o capital através da flexibilização dos padrões de produção e acumulação, precisa hipertrofiar as atividades de natureza financeira,

resultado tanto da superacumulação quanto da especulação desenfreada, que se tornam cada vez mais autônomas frente ao Estado. Concomitante a esse processo está a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada, na qual se estimula a desterritorialização dos pólos produtivos.

Ainda conforme Netto:

“a tão celebrada globalização econômica vincula-se, não por acaso, a essa “financeirização” do capitalismo e à articulação supranacional das unidades produtivas (que vem implicando uma ampla “desregulamentação” da economia mundial), mesmo que não se reduza a ambas” (Netto; 1996:91).

A globalização também interfere na competitividade intermonopolista na medida em que conduz a processos de integração supranacional, com os megablocos – Nafta, União Européia, etc –, a fim de assegurar mercados e garantir seus lucros.

Com efeito, a flexibilização vem sendo favorecida pela revolução tecnológica pela qual passamos desde os anos cinqüenta que, sem dúvida alguma, tem afetado substancialmente as forças produtivas (conforme nos estenderemos no terceiro capítulo deste trabalho).

Entre as experiências da acumulação flexível, o toyotismo (originado na fábrica de automóveis Toyota) ou a experiência japonesa, é a que tem causado o maior impacto, pela propagação de alguns de seus pontos básicos ou por sua expansão pura e simples em escala mundial. Destacam-se aqui alguns elementos fundamentais do toyotismo: produção orientada estritamente segundo a demanda e prevendo o estoque mínimo; o *just in time* garante o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; o trabalhador é multifuncional e o trabalho é em equipe; a horizontalização origina as modalidades de trabalho terceirizadas; e a flexibilização dos direitos trabalhistas, por fim, o salto tecnológico que invadiu o universo fabril, é orientado tanto para eliminar

postos de trabalho quanto para intensificar a exploração do trabalho daqueles que ainda permanecem na empresa. Segundo Harvey,

“A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados” (Harvey; 1989: 140).

Esse processo de flexibilização da produção e acumulação permite ao capitalista exercer uma maior pressão sobre a vida dos trabalhadores, estes que já vêm suas lutas enfraquecidas com o esvaziamento sindical e redução cada vez maior de direitos vislumbrados nesta “era neoliberal”.

A acumulação flexível implicou níveis altos de desemprego estrutural, destruição e modelação de habilidades, ganhos pífios de salários reais e o retrocesso do poder sindical.

O novo padrão de acumulação caracteriza-se por um poder bastante destrutivo, uma vez que tem se colocado efetivamente de encontro às conquistas dos trabalhadores até então obtidas desregulamentando políticas, assim como restringindo o poder de barganha e mobilização dos trabalhadores.

O mercado de trabalho foi radicalmente reestruturado. Mediante a este quadro de enfraquecimento sindical e um enorme número de desempregados se formando e crescendo por conta da automação, aos trabalhadores foram impostas condições de contrato igualmente flexíveis *“diante da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro”* (cf. Harvey; 1989: 143).

Embora o padrão toyotista represente um aparente avanço nas relações entre patrões e empregados, na medida em que estes se vêm com maior participação e autonomia dentro do espaço organizacional, há que se chamar atenção para o fato de que as mudanças propostas por esse modelo de acumulação em nada favoreceram o

trabalhador.¹⁰ Ao contrário, propiciou maior intensificação do trabalho, precarização e terceirização, maior competição entre os trabalhadores, além de institucionalizar a insegurança e conseqüentemente destruir os mecanismos de organização de classe.

Ainda mais gritante é a situação de desemprego que hoje é vislumbrada no mundo todo, visto que para esse modelo de acumulação mais lucrativa é a empresa “enxuta”, com aumento do trabalho morto em detrimento trabalho vivo.¹¹

Este novo modo de acumulação baseou-se também em artifícios de indução de necessidades e da conseqüente transformação cultural. Tais mudanças nos padrões do consumo vieram acompanhadas de um relativo aumento proporcional do emprego no setor de serviços a partir dos anos de 1970. Segundo Harvey, “pode-se atribuir parte da expansão, por exemplo, ao crescimento da subcontratação e da consultoria, que permitem que atividades antes internalizadas nas firmas manufatureiras sejam entregues a empresas separadas. Também pode ser que a necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo tenha provocado uma mudança de ênfase da produção de bens (...) para a produção de eventos” (Harvey; 1989: 149).

Conforme estudado neste capítulo, fica óbvio que é sobre a classe trabalhadora, foco do presente trabalho, que recai todo o ônus decorrente da adaptação do capital frente às crises que vem enfrentando, em busca sempre de maior lucratividade.

¹⁰ Marx cita John Stuart Mill, em sua obra *Principles of political economy*: “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano”; e acrescenta: “Mill deveria ter dito: De algum ser humano que não viva do trabalho alheio. As máquinas aumentaram, certamente, o número dos abastados ociosos”.

Em resposta ao dito por Mill, Marx continua: “Não é esse o objetivo do capital, quando emprega a maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia” (Marx; 2003: 427).

¹¹ “Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários (...), pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque(...) empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade”. (Antunes, 1999: 53).

Capítulo III

A classe que vive do trabalho na atualidade

*“A desobediência é, aos olhos de
qualquer estudioso de História, a virtude
original do homem. É através da
desobediência que se faz o progresso,
através da desobediência e da rebelião”
Oscar Wilde*

Ao iniciarmos este trabalho, partimos da centralidade do trabalho para Marx e seu papel na sociedade capitalista burguesa. Marx trabalha o conceito da classe que vive do trabalho, sobretudo em O Capital, fazendo distinção daquela que seria central

para a discussão acerca do trabalho: a classe do proletariado. Este, caracterizado enquanto trabalhador produtivo, por produzir valor e, portanto, mais valia.

Porém, ao analisarmos o trabalho hoje, fica clara a transformação pela qual passou a classe que vive do trabalho, entendida aqui como aquela que dispõem de sua força de trabalho para sobreviver. No capítulo anterior, ao tratarmos sobre a ascensão e crise do fordismo/ taylorismo e a posterior saída da crise através da reestruturação produtiva, percebemos o quão dilapidado se mostra hoje o trabalhador e como se apresenta hoje multifacetado.

O conceito de classe trabalhadora tem centralidade nos trabalhadores produtivos (no sentido marxiano), mas não só. Para uma compreensão da classe trabalhadora atual, devemos também incluir a totalidade do trabalho assalariado, produtivo e improdutivo, ou seja, aquele que produz diretamente a mais-valia e aquele que a produz indiretamente.

A categoria de trabalhadores produtivos tem centralidade por produzir diretamente mais-valia e participar diretamente do processo de valorização do capital, tendo como cenário principal a indústria. Sendo assim, trabalho produtivo, embora tenha sua centralidade nos trabalhadores produtivos, incorpora também formas de trabalho que não são diretamente manuais, mas que igualmente produzem mais-valia reproduzindo assim a ordem do capital.

Nas palavras de Antunes:

“(...) a classe trabalhadora hoje (...) compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma de assalariamento. Nesse desenho amplo, compósito e por certo muito heterogêneo, a classe trabalhadora (...) encontra seu núcleo central no conjunto dos trabalhadores produtivos, para lembrar Marx especialmente em seu Capítulo Inédito (VI)” (Antunes; 2002: 109).

Constitui também a classe que vive do trabalho, os trabalhadores improdutivos, os quais se encontram no setor de serviços, não realizando trabalho diretamente produtivo, sem a produção direta de mais-valia. Assim sendo, temos que todo trabalhador produtivo é assalariado, porém nem todo trabalhador assalariado é produtivo. A exemplo de trabalho improdutivo, há o setor de serviços, bancos, serviço público, turismo, etc e até mesmo nos setores de produção, com trabalhos de supervisão, controle, etc.

Como foi visto no capítulo anterior o trabalhador improdutivo é atualmente a parcela da classe trabalhadora que mais cresce, ainda que algumas delas venham sofrendo retração, como é o caso do setor bancário, que vem sendo altamente automatizado. Isso porque o trabalho vivo vem sendo substituído por trabalho morto, em prol da maior produção em menor tempo e com custos menores.

Devido a automação e a informatização das fábricas e empresas em geral há o crescimento do chamado setor da “economia informal” onde os trabalhadores, muitas vezes subordinados indiretamente ao capital, trabalham ou por conta própria, dando a falsa impressão de ser o patrão de si mesmo, ou sem contrato algum de trabalho, prestando serviços pontuais.

Postos de trabalho precarizados, com subcontratações que antes eram preenchidos por imigrantes agora fazem parte da realidade de remanescentes da era fordista, cujas atividades vêm desaparecendo e devido ao crescimento do desemprego e da crise do Estado de bem-estar social, são obrigados a buscar fontes de renda em postos de trabalho sob condições adversas. Tratamos aqui do desemprego estrutural, inerente a sociedade capitalista, que utiliza a tecnologia para enxugar trabalho vivo empurrando o trabalhador para a informalidade. Montaño, citando Mészáros, acrescenta:

“se a forma típica de crise sob o sistema capitalista é a crise conjuntural que, como dizia Marx, se compara à tempestade tropical, no último quarto de século (...) o que vimos foi a crise estrutural do capitalismo,

determinada pela ativação de um conjunto de contradições e limites que não podem ser superados pelo próprio sistema” (Montaño; 2002: 25).

Conforme Antunes (2003), houve nas últimas décadas uma expansão significativa do setor de serviços e assalariados médios, o que permitiu a incorporação do contingente expurgado do setor produtivo pelo processo de reestruturação produtiva. Porém, não se pode perder de vista que também esses setores sofrem com as adequações e os limites da reestruturação, como claramente é o caso do setor bancário, que vem sendo cada vez mais automatizado, aumentando as filas do desemprego.

Além desses, há também o imenso exército industrial de reserva, composto por trabalhadores expulsos do processo de produção e do mercado de trabalho de maneira geral, condição essa criada pela reestruturação produtiva, já mencionada anteriormente.

Há uma tendência na Modernidade de redução do proletariado industrial tradicional, estável e especializado. O proletariado tal e qual entendemos como trabalhador produtivo, produtor direto de mais-valia, que tanto se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/ fordismo, vem sofrendo drástica redução em número com o processo de reestruturação produtiva que, como vimos, traz para o Ocidente a ideologia do toyotismo oriental, flexibilizando as relações de trabalho, desconcentrando e desterritorializando o espaço físico da produção e ainda introduzindo a máquina informatizada, reduzindo ainda mais os postos de trabalho no setor industrial.

Rifkin, embora trace um caminho diferente do aqui abordado, mostra dados interessantes de sua pesquisa referente ao aumento do desemprego e/ou do subemprego. Ele mostra como a tendência ao desemprego e a subcontratação é um fenômeno que atingiu fortemente as economias de capitalismo avançado. Porém, Rifkin não trabalha aqui dados sobre os países de capitalismo periférico, embora acrescente que as nações em desenvolvimento também enfrentam a mesma situação de

desemprego e subemprego na medida em que as multinacionais aplicam a reengenharia em suas filiais no mundo todo.

“Nos Estados Unidos, as corporações estão eliminando anualmente mais de dois milhões de empregos. Em Los Angeles, o First Interstate Bankcorp, a décima terceira maior holding de bancos do país, reestruturou recentemente suas corporações, eliminando 9 mil empregos, mais de 25% de sua força de trabalho. Em Columbus, Indiana, a Arvin Industries modernizou sua fábrica de componentes automotivos e demitiu quase 10% de seus funcionários. (...)”

Embora alguns novos empregos estejam sendo criados na economia americana, estão em faixas de remuneração inferiores e, geralmente, são empregos temporários. (...).

A perda de empregos bem remunerados não se limita à economia americana. Na Alemanha, a Siemens, gigante da eletrônica e da engenharia, achatou sua estrutura administrativa, cortou custos em 20 a 30% em apenas três anos e demitiu mais de 16 mil funcionários em todo o mundo. Na Suécia, a ICA, cooperativa de alimentos com faturamento de US\$7,9 bilhões, sediada em Estocolmo, aplicou a reengenharia em suas operações, instalando um sistema informatizado de controle de estoque de última geração. A nova tecnologia poupadora de mão-de-obra permitiu que a empresa de alimentos fechasse um terço de seus armazéns e centros de distribuição, reduzindo seus custos gerais para a metade. Com essa medida, a ICA conseguiu eliminar mais de 5 mil funcionários, ou seja, 30% de toda a sua força de trabalho, em apenas três anos, enquanto a receita cresceu mais de 15% (...)” (Rifkin; 19--: 4).

Concomitante a essa onda de demissões por conta da implementação de novas tecnologias, como mostrou Rifkin, tem-se o crescimento do que se denomina trabalho precarizado, em que se inclui o trabalhador terceirizado, subcontratado, *part-time*, dentre outras, que passa a exercer funções com poucas ou nenhuma garantia trabalhista, remunerações inferiores, vendendo sua força de trabalho muitas vezes por menos que o mínimo necessário à sua reprodução.

Seguindo a linha das mudanças no mundo da classe que vive do trabalho deparamo-nos, nos países centrais e também no interior de países de industrialização intermediária, com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho que, segundo Antunes (1999: 105) “atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados” e tem sido absorvida pelo capital sob a forma de trabalho precarizado, além de ainda contar muitas vezes com salários inferiores quando comparados com a remuneração masculina para os mesmos postos de trabalho.

Além desta, outra tendência se manifesta: há a exclusão, no mercado de trabalho, de jovens e trabalhadores com mais de 40 anos. Aos primeiros, com pouca ou nenhuma experiência e muitas vezes com baixa escolaridade, não lhes são dadas oportunidades de experiência de trabalho; aos últimos, dada sua dificuldade de requalificação e resquícios de uma cultura fordista que contrasta com o modelo multifuncional do trabalhador atual, da era toyotista. Enquanto aos jovens recai o ônus de se tornarem facilmente alvo da criminalização, os mais velhos sofrem pelo estigma de estarem “velhos demais” para o capital, entrando na informalidade, uma vez que o setor produtivo hoje pouco emprega e o setor de serviços não tem condição de absorver tamanha demanda.

Contrastando com essas exclusões, assistimos a incorporação clandestina da mão de obra infantil, facilitada pela via da desterritorialização industrial, que leva alguns setores das fábricas para regiões com mão de obra mais barata e atrativos tributários.

Esse cenário constituído pelo desemprego estrutural e grande marginalização social propiciou o aparecimento do chamado “Terceiro Setor¹²”, que estando entre o Estado e o Mercado (que seriam o Primeiro e Segundo Setor, respectivamente) viria a

¹² Segundo Montañó, “a perspectiva de análise hegemônica parte de traços superficiais, epidérmicos do fenômeno, o mistificam e o tornam ideológico. (...) em clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos “setores” um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado ‘terceiro setor’: estudam-se as ONGs, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais etc., porém desconsideram-se processos tais como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, enfim, descartam-se as transformações do capital promovidas segundo os postulados neoliberais.”

Ao contrário, a perspectiva adotada por Montañó, “tem como ponto de partida a totalidade social; parte-se da análise, não de um fenômeno isolado, mas da crise e reestruturação do capital no último quarto do século XX, conectada à ofensiva neoliberal” (Montañó; 2002: 51).

dar respostas às mazelas aí criadas, na medida em que o Estado, dirigido pela ótica neoliberal, fomenta o discurso do voluntariado, da ação solidária e da auto ajuda, deixando de investir em políticas sociais para atuar juntamente ao mercado, destinando verbas sociais, da saúde e da educação ao socorro a bancos e empresas em crise.

É exatamente a partir do processo de reestruturação do capital que Montañó vai montar sua crítica ao Terceiro Setor, pois, em suas palavras:

“O ponto de partida não foi o próprio conceito em tela, mas o processo de reestruturação do capital pós-70, orientado segundo os princípios neoliberais – e para a América Latina a partir dos ditames do chamado Consenso de Washington –, de flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra-) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento do capital, particularmente financeiro” (Montañó; 2002:16).

Trata-se de um número significativo de instituições e organizações¹³, tais como ONGs (Organizações não-governamentais), OSFL (Organizações Sem Fins Lucrativos), instituições filantrópicas, empresas cidadãs, entre outras, além de indivíduos que isoladamente se colocam como voluntariado ou não, as quais visam das respostas segmentadas, setorializadas à realidade social, apoiadas nos ditames neoliberais de reestruturação do capital.

Com a falência do *Welfare State*, esse setor ganhou espaço dando a equivocada imagem de que a sociedade civil pode gerenciar o social com melhor eficiência e

¹³ Segundo Montañó, “estima-se que hoje, no Brasil, existam cerca de 400 mil organizações não-governamentais (ONGs) registradas e cerca de 4 mil fundações (cf Exame, 2000: 23). Segundo dados da Receita Federal, em 1991 havia cerca de 220 mil entidades registradas como ‘sem fins lucrativos’ (cf Landim, 1999: 74 e 84)” (Montañó; 2002: 14).

eficácia do que o Estado teria feito até então, driblando e minimizando os efeitos do desemprego estrutural que o sistema capitalista propiciou.

3.1. As conseqüências das mudanças no mundo do trabalho:

Para onde caminhamos?

O que vem sendo abordado ao longo deste trabalho não leva à conclusão de efetivo fim do trabalho, ou melhor dizendo, ao fim da classe trabalhadora na sociedade capitalista, ao contrário do que acreditam muitos teóricos. Muito pelo contrário, percebe-se que, concomitante a diminuição da classe operária, temos o alargamento de formas precarizadas de trabalho, *“isso sem mencionar o fato de que parte substancial da classe-que-vive-do-trabalho se encontra fortemente radicada nos países intermediários e industrializados como Brasil, México, Índia, Rússia, China, Coréia, entre tantos outros, onde essa classe desempenha atividades centrais no processo produtivo”* (Antunes; 2003:209). Houve, como chama Antunes, uma “subproletarização” do trabalho, dadas as várias formas de trabalho precário, terceirizado, subcontratado as quais o capital adotou.

O que a Modernidade assumiu foi uma nova roupagem, em que o trabalho sofreu mutações para adaptar-se às necessidades do capital, que vive uma crise de desemprego estrutural, inerente a sua existência.

Como vimos, as mudanças no mundo do trabalho, em sua maioria, não ocorreram de forma positiva para os trabalhadores. À exceção da ínfima parcela do trabalho imaterial, intelectualizado, onde normalmente a mão de obra é um pouco mais valorizada, os que integram a ordem do trabalho material, produtivo e improdutivo, vêm sofrendo reduções drásticas no que concerne ao desenvolvimento e reprodução de suas vidas.¹⁴

Marx pensava ser bom para a sociedade o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que com elas o homem teria mais tempo livre para seu

¹⁴ Antunes (1999) diz do trabalho imaterial que é representado atualmente por inúmeras atividades, como as voltadas para a pesquisa, marketing, publicidade etc.

envolvimento com outras atividades que não somente as laborais. Entretanto, com o advento da tecnologia não vimos o tão sonhado tempo para o lazer, para o ócio e nem tão pouco a equitativa distribuição dos bens produzidos. Mesmo porque, estamos tratando aqui da diminuição da classe trabalhadora operária num contexto de reestruturação do capital, que trouxe uma carga de trabalho cada vez maior ao trabalhador, vista através da flexibilização do trabalho, dos contratos *part time* e baixos salários que obrigam o trabalhador a manter-se com mais de uma ocupação laboral. Contrariamente a essa análise, Rifkin diz:

“Para alguns, especialmente para os cientistas, engenheiros e empregadores, um mundo sem trabalho sinalizará o início de uma nova era na história, na qual os seres humanos serão libertados de uma vida de árduo trabalho e de tarefas repetitivas sem sentido. Para outros, a sociedade sem trabalhadores evoca a idéia de um futuro sombrio de desemprego em massa e pobreza generalizada, acentuada por tumultos sociais e revoluções. (...) Estamos, efetivamente, entrando em um novo período na história – em que cada vez mais as máquinas tomarão o lugar dos seres humanos no processo de fabricação e de transporte de bens e fornecimento de serviços. (...) A idéia de uma sociedade não baseada no trabalho é tão completamente estranha a qualquer conceito que tenhamos que nos defronta com a perspectiva de precisar repensar a própria base do contrato social” (Rifkin; 19--: 13).

Rifkin trabalha com a posição de que cada vez menos veremos homens no mercado de trabalho, inclusive na prestação de serviços. Seria absurdo pensar a sociedade capitalista sem trabalho, sua primazia. A forma que o capital encontrou de lucrar cada vez mais foi utilizando larga tecnologia na produção e subcontratando o trabalhador. Não podemos ignorar que o capital não pode sobreviver se não tiver o mínimo mercado consumidor, além de necessitar também que haja miséria o suficiente para “intimidar” aqueles que conseguem se colocar no mercado sob aquelas condições.

O que a globalização política e de mercados produziu, além do aumento da riqueza nos países de capitalismo avançado, foi na verdade a afirmação e reprodução

da questão social vista como desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. Sua reprodução é bastante clara quando do aumento alarmante da pobreza, violência, marginalidade, fome, do desemprego, precarização da saúde, da educação, estas últimas que vêm a retomar o ciclo de violência, pobreza, fome...

Se se pode caracterizar o padrão de acumulação atual pela progressiva redução do trabalho vivo para implementação de trabalho morto, também é certo que o capital não pode eliminar completamente o trabalho vivo, pois é dele que se extrai conhecimento intelectual que antecipa falhas e aprimora a tecnologia, além de depender dele para a extração da mais valia, sem a qual o capital não prospera.

Não é nosso objetivo central discutir aqui este tema tão polêmico que é o fim do trabalho, porém a idéia aqui é pensar a diminuição do operariado na sociedade capitalista. Não apostamos na idéia de que o capitalismo seja eterno, tampouco que seu término culmine necessariamente no socialismo. No entanto, o caminhar dos fatos está levando à intensa miserabilidade da sociedade, sem que necessariamente esta seja uma sociedade sem trabalho, mas de postos de trabalho precário. Portanto, pode ser que o capitalismo sucumba a essa miséria, posto que já vivemos em meio a barbárie.

Nosso objeto de estudo central é a análise do mundo do trabalho hoje, como se configura e que conseqüências trouxe para o trabalhador e para a sociedade em geral.

O que se constata ao analisar o mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva, ou melhor dizendo, após as crises e readaptações do capital, é a condição de desemprego estrutural que gera condições para a precarização cada vez maior do trabalho, da flexibilização das relações de trabalho. Aos trabalhadores expurgados do mundo do trabalho, tal e qual conhecemos durante os anos do fordismo, resta a informalidade. Também temos que levar em consideração o fato de que a educação de base, de qualidade e gratuita, ainda é um sonho não possível sob a égide neoliberal, o que nos permite afirmar que esta demanda de desempregados pouco tem de

qualificação que os enquadrariam no que Antunes chama de trabalho imaterial, intelectualizado.

O aumento constante do desemprego vem agravando as condições de violência cujas manifestações estamos vivenciando de perto, lembrando os ataques ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, a que alguns chegam a classificar de “terroristas”, traçando um discurso individualista da questão, enfatizando o conservadorismo que culpabiliza o indivíduo por sua condição de miserabilidade, marginalizando-o, fortificando este círculo de fogo e perdendo de vista a historicidade da questão social e sua gênese na ordem capitalista.

Ao mesmo tempo em que aumentam as desigualdades sociais e a insegurança econômica, o Estado vem diminuindo sua intervenção no âmbito social, onde a guerra contra a pobreza dá lugar à guerra contra os pobres, que passam a ser vistos pela própria sociedade, movida pelos meios de comunicação de massa, como aqueles que devem ser isolados, excluídos e discriminados por sua condição de desempregados ou de miseráveis. Assim, é imposto ao trabalhador desempregado, pobre, que lhe cabe individualmente a culpa por seu fracasso, o que serve como mecanismo de coerção para que aceite qualquer oportunidade de emprego, precário e muitas vezes sem direitos.

Observamos no mundo todo a disseminação desses sintomas de crise do capitalismo. Bom exemplo de como esta sociedade traz em suas ações um elevado conservadorismo, excluindo o pobre, o desempregado, tornando-os alvos da criminalidade, é o estudo dos dados que tratam da população carcerária no mundo todo, inclusive nos países de industrialização avançada.

É latente esta realidade se observamos o quanto o Estado vem diminuindo os recursos da área social e o quanto vem investindo na área penal. Para além disso, basta ler nos jornais diariamente quem são os condenados e por quais crimes.

Wacquant (2001), faz uma análise do sistema penal moderno, tendo como base o sistema penal norte-americano, inserido no conjunto de mudanças sociais e

econômicas já discutidos ao longo deste trabalho. Ele desenvolve este tema fundamentando o processo frente às ondas de reformas que associam o acesso à assistência às normas de conduta pré-estabelecidas pelo sistema.

“O desdobramento desta política estatal de criminalização das conseqüências da miséria de Estado opera segundo duas modalidades principais. A primeira e menos visível, exceto para os interessados, consiste em transformar os serviços sociais em instrumento de vigilância e de controle das novas ‘classes perigosas’. Prova disso é a onda de reformas votadas nestes últimos anos em vários estados, condicionando o acesso à assistência social à adoção de certas normas de conduta (sexual, familiar, educativa, etc.) e ao cumprimento de obrigações burocráticas onerosas ou humilhantes. As mais difundidas estipulam que o beneficiário deve aceitar qualquer emprego que lhe seja proposto, não importam a remuneração e as condições de trabalho oferecidas, sob pena de abdicar a seu direito à assistência(workfare). Outras modulam a assistência às famílias em função da assiduidade escolar de seus filhos (learnfare) ou da inscrição em pseudo-estágios de formação sem objeto nem perspectivas. Outras ainda fixam um teto de assistência ou uma duração máxima depois da qual nenhum apoio será mais concedido. (...)

O segundo componente da política de ‘contenção repressiva’ dos pobres é o recurso maciço e sistemático ao encarceramento. Depois de ter diminuído em 12% durante a década de 60, a população carcerária americana literalmente explodiu, passando de menos de 200 mil detentos em 1970 a cerca de 825 mil em 1991, ou seja, um crescimento nunca visto em uma sociedade democrática, de 314% em vinte anos” (Wacquant, 2001: 28).

Não só os países capitalistas centrais vêm implementando essa forma de “gerir” o social. Também no Brasil vivemos essa realidade. Uma das formas que o Estado conseguiu para controlar o pobre foi implementando programas de assistência que cadastrem os usuários e exijam contrapartidas destes.

No Brasil, sabe-se dos programas que condicionam a assistência ou mais especificamente um benefício à assiduidade escolar ou a projetos que se dizem profissionalizantes, mas que na realidade não direcionam o usuário para o mercado de trabalho, ficando claro o objetivo dominante de controle do pobre. Bom exemplo de controle social dentro da assistência é o Programa Bolsa Família que em cada Estado traz uma diretriz diferenciada, mas que tem um ponto em comum: o atrelamento de alguma atividade que ligue o usuário ao Estado, fazendo-o participar de algum programa do governo, além da obrigatoriedade de ter criança matriculada na escola. Este último é bastante discutível, já que, como amplamente divulgado, o Estado não se mostrou capaz de efetivamente manter as crianças na escola e ainda que consiga, de que escola estamos falando? Qual é a educação que nosso Estado está disposto a fornecer à nossa sociedade?

Com a reestruturação produtiva, o subsequente desemprego, corte de direitos e garantias sociais desencadeia-se a política de contenção repressiva dos pobres. No mundo todo se nota uma população carcerária crescente, onde se refletem as condições societárias atuais: lotam as penitenciárias jovens pobres, em sua maioria negros, vítimas das “oportunidades” do tráfico e do roubo.

Considerações Finais

A reforma do estado e as transformações no mundo do trabalho representam, além da dilapidação da força humana de trabalho, um retrocesso nas lutas pelas conquistas dos direitos sociais.

Dada a heterogeneidade da classe trabalhadora e sua falta de identidade político-ideológica reconhecemos na profissão do assistente social consequências graves, já que a lógica de reforma do Estado move a sociedade a culpabilizar o indivíduo por sua condição de miserabilidade, marginalizando-o e perdendo de vista a historicidade da questão social.

O Serviço Social já é hoje dotado de um conjunto de técnicas que reproduzem o ideário neoliberal de punição e controle aos pobres, das quais os Programas Fome Zero e o Bolsa Família são sua maior expressão no atual governo e que também teve força inicial nos três últimos. Assim, em troca de alguns trocados, o pobre deve prestar contas de suas crianças e de suas compras, caso contrário lhe é cortado o benefício. O que ninguém pode ainda observar é como esses programas incentivam ou mesmo

criam novos postos de trabalho; como têm contribuído para romper com a lógica de desemprego estrutural do capital; ou ainda, como tais medidas têm contribuído para a melhoria no ensino e no acesso ao mesmo.

Com isso, coloca-se ao Serviço Social o desafio à sua intervenção profissional frente às transformações societárias e do mundo do trabalho, ocorridas no Brasil a partir da década de 90, sob a égide neoliberal.

Para tanto, deve-se ter em mente o projeto ético-político hegemônico da profissão. Sem ele, corre-se o risco de cair no fatalismo, reproduzindo o discurso neoliberal de transferência ao âmbito privado o que deve ser garantido pelo Estado, pela “esfera pública”.

É imprescindível uma articulação entre as demandas específicas e ações imediatas com um projeto societário que ponha em disputa os rumos da história da humanidade, projeto esse que se fundamente na superação dessa sociedade que se estrutura em valores de troca, e no caráter de exploração, alienação e opressão. Ultrapassagem desta para uma sociedade de indivíduos livres, emancipados, e que seu trabalho seja meio para atender às reais demandas dos homens e mulheres, um fim em si mesmo: o trabalho livre, criativo.

Referências Bibliográficas

_____. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade nº 50**, Rio de Janeiro, p. 78-86, abr 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Rio de Janeiro: Boitempo, 1999.

_____. O desenho multifacetado do trabalho hoje e a sua nova morfologia. **Serviço Social e Sociedade nº 69**, Rio de Janeiro, p. 107-120, mar. 2002.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade nº 69**, Rio de Janeiro, p. 73-106, mar. 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Luckács. **Serviço Social e Sociedade nº 52**, Rio de Janeiro, p. 7-23, dez. 1996.

_____. **Salário, preço e lucro**. [S.l]: Centauro, [19--].

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro I, vol I.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade nº 50**, Rio de Janeiro, p. 87-132, abr. 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books do Brasil, [19--].

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.